

**VII Congresso Latino-Americano de Estudos do Trabalho.  
O Trabalho no Século XXI.  
Mudanças, impactos e perspectivas.**

**GT 15 - Conflictividad laboral, sindicalismo y movimientos sociales en América  
Latina en el siglo XXI**

Título do trabalho:

***Algumas questões teóricas em torno dos “movimentos sociais” latino-americanos***

Eliel Machado  
Universidade Estadual de Londrina

## **Algumas questões teóricas em torno dos “movimentos sociais” latino-americanos**

### **Resumo**

Nesta comunicação, procuramos resgatar um debate teórico importante nas Ciências Sociais sobre a complexa relação entre “movimentos sociais” e “classes sociais”, sem desconsiderar, evidentemente, que nem todos os conflitos na atualidade podem ser reduzidos às “classes” ou à “luta de classes”. Para tal, remetemo-nos a Alberto Melucci, André Frank, Alain Touraine, Eder Sader, entre outros. Pretende-se, com esta discussão, contribuir para que as pesquisas sobre “movimentos sociais” se valham, criticamente, de todo um debate em torno do tema travado ao longo dos anos 1980 e que, nos anos 1990 e seguintes, parece ter sido colocado em segundo plano ao se privilegiarem pesquisas mais descritivas que também não deixam de ser importantes.

## **Algumas questões teóricas em torno dos “movimentos sociais” latino-americanos**

### *Objeto:*

Nada mais válido que pesquisar os “movimentos sociais” latino-americanos na atualidade, pois, eles representam formas políticas e ideológicas de contestação da ordem vigente por diferentes atores sociais neste subcontinente. Entretanto, se por um lado há um rico e heterogêneo arsenal bibliográfico sobre o tema que recupera a atuação destes “movimentos” em diversas formações sociais, desde a Patagônia argentina até a Serra Lacandona mexicana, por outro, corre-se o risco de não se dar a devida atenção a alguns problemas epistemológicos: afinal, o que são “movimentos sociais”? Como abordá-los teórica e empiricamente? Desse modo, esta comunicação tem como objeto o debate teórico em torno da relação “movimentos sociais” e “classes sociais”. Evidentemente que não nos propomos a recuperá-lo na íntegra, com todas as suas vertentes, correntes e opções metodológicas, mas, ater-nos-emos àquelas que procuraram, de alguma forma, dar uma resposta a esta possível intersecção. Parece-nos que a validade deste debate reside exatamente no fato de que os anos 1990 e 2000 estão permeados de lutas sociais no subcontinente latino-americano.

### *Objetivo:*

Com esta discussão, pretende-se contribuir, ao menos teoricamente, para que as pesquisas “teóricas” e/ou mais “empíricas” se valham, criticamente, de todo um debate em torno do tema, travado ao longo dos anos 1980 e que, nos anos 1990 e seguintes, parece ter sido colocado em segundo plano ao se privilegiarem pesquisas mais descritivas desses “movimentos sociais”, não menos importantes.

### *Metodologia:*

Ao nos propormos a recuperar parte de um debate teórico em torno da relação entre “movimentos” e “classes sociais”, a metodologia já se anuncia: trata-se de uma pesquisa bibliográfica. Em outras palavras, o período entre o final dos anos 1970 até meados dos 1980, aproximadamente, foi muito propício a este propósito, isto para ficarmos apenas no Brasil, mas, a rigor, não se diferenciou muito em outras partes do subcontinente latino-americano em função da forte influência principalmente dos franceses, como Alain Touraine. Sem dúvida, há também as contribuições de Manuel

Castels, Alberto Melucci ou de Jean Lojkin. De uma lista grande, não reproduzida aqui, acreditamos que Touraine foi um dos mais influentes nas discussões sobre o tema.

*Problematização teórica dos “movimentos sociais”:*

Iniciamos esta discussão a partir de um problema epistemológico: “quem” define “quem” ou “o quê”? Os próprios “movimentos” se autodefinem teoricamente enquanto tais ou cabe ao pesquisador, munido de aparato conceitual apropriado, tal tarefa?

O ponto de partida acima foi suscitado pelas seguintes afirmações:

i) “O que é *empiricamente* chamado de ‘movimento social’ é um sistema de ação que liga orientações e significados plurais” [grifos nossos] (Melucci, 1989, p. 56);

ii) “Eu defino *analiticamente* um movimento social como uma forma de ação de coletiva (a) baseada na solidariedade, (b) desenvolvendo um conflito, (c) rompendo os limites do sistema em que ocorre a ação” [grifos nossos] (Melucci, 1989, 57).

Não há, nestas formulações, uma inversão? Ou seja, o que aparece como definição “empírica” não seria “analítica” e vice-versa? Como já observaram alguns autores (Poulantzas, 1978), o que de fato temos são objetos reais-concretos, embora possamos lançar mão – e é desejável que assim o façamos – de objetos formais-abstratos como recurso metodológico para a compreensão do real. Quando alguns pesquisadores estudam os “movimentos sociais” e dão voz aos sujeitos que os compõem, ou seja, se preocupam em saber dos próprios militantes quais entendimentos eles têm de suas organizações, de suas lutas e da realidade que os circunda, é importante pelo fato de darem voz aos “sem-voz”. Mas, se o pesquisador pára aí, corre o risco do “empiricismo” e de suas pesquisas ficarem limitadas, pois, cabe a ele partir da realidade imediata (real-concreta) e avançar para a formulação de conceitos formais-abstratos que revelem os segredos mais ocultos da imediatez, portanto, que clarifiquem os conceitos reais-concretos.

Entre os pesquisadores dos “movimentos sociais”, há muitas controvérsias teóricas, sociológicas e políticas sobre a opção de tomá-los a partir da estrutura de classes, mesmo que ressalvemos que nem todos os conflitos sociais devem ser reduzidos a ela. Não é por outro motivo que privilegiamos a interlocução com autores que tentaram dar tratamento teórico-conceitual aos “movimentos sociais”, algo muito profícuo nos anos 1970 e 1980. Não obstante, os anos 1990 e 2000 permaneceram recheados de lutas

sociais e exames igualmente proveitosos sobre elas, bastando-nos ver os “movimentos” que ficaram conhecidos como *Occupy* e algumas de suas análises.<sup>1</sup>

Para se realizar esta discussão, escolhemos dois caminhos: num deles, talvez menos sofisticado teoricamente, Frank e Fuentes (1989, p. 32) afirmam: “No Terceiro Mundo, os movimentos sociais são principalmente de classe popular. Esta classe não só tem muito mais peso no Terceiro Mundo como seus membros estão submetidos a privações e à injustiça (sentida), o que faz com que se mobilizem em e através dos movimentos sociais”. O que nos chama a atenção nesta passagem é a vinculação entre “movimentos sociais” e “classe popular” (colocada no singular) que indica o pertencimento de classe.<sup>2</sup>

No outro, não obstante Kärner (1987, p. 21) não esteja empenhado em refinar conceitualmente “movimentos sociais”, ajuda-nos indiretamente nesta direção quando associa os “movimentos sociais” aos potenciais vendedores da força de trabalho. Em outros termos, mesmo dispostos a vender sua força de trabalho para o capital, não necessariamente o *Monsieur Le Capital* está sempre disposto a comprá-la, podendo levar estes vendedores a somente conseguir vendê-la esporadicamente. Como a classe não pode ser reduzida ao aspecto meramente econômico (proprietários e não proprietários dos meios de produção), qual é a implicação político-ideológica da “não-venda”? Os potenciais vendedores, quando conseguem vendê-la, necessariamente se organizam em classe (partidos políticos, movimento sindical etc.)? As chances aumentam? E aos vendedores que não conseguem, diminui-se drasticamente tal possibilidade de organização política? Estas questões são de difíceis respostas, pois dependem de muitas variáveis (conjuntura econômica, política, crises, correlação de forças etc.). Mas, certamente, como os partidos e sindicatos não conseguem organizar toda a classe, os “movimentos populares” abrem esta possibilidade, mesmo que sob outras demandas.

Nesta miríade de postulados teóricos sobre “movimentos sociais”, há alguns que suscitaram vários debates e contestações como, por exemplo, aqueles que defendem que na sociedade pós-industrial, vivida por nós na atualidade, os conflitos se generalizaram e penetraram a vida privada: família, educação, relações sexuais (Touraine, 1989, pp. 6 e 7). O ponto mais controverso, sem dúvida, está em considerar que o capitalismo avançou

---

<sup>1</sup> Sobre estes últimos, consultar Harvey *et al.* (2012). A respeito de uma produção mais recente sobre a relação “classes” e “movimentos sociais”, consultar Lamas, Oliveira e Oliveira (2011).

para a sua fase “pós-industrial” em contraposição àquela na qual o conflito social centrava-se entre a classe capitalista e a classe operária (1989, p. 14). E é exatamente esta expansão dos conflitos para diversas esferas que contribuiu para uma “mobilização” cada vez mais generalizada da população, surgindo daí, portanto, novos conflitos sociais. Estes, por sua vez, são dirigidos contra as “superestruturas”, ao contrário do movimento operário tradicional que se dirigia especialmente para as “estruturas”.<sup>3</sup>

Já para Frank e Fuentes (1989), a expansão apontada por Touraine (1989) não necessariamente se traduz na constituição de “novos movimentos sociais”, como ele faz sugerir. Dizem os autores: “Os ‘novos’ movimentos sociais não são novos, ainda que tenham algumas características novas; e os movimentos sociais ‘clássicos’ são relativamente novos e provavelmente temporários” (1989, p. 19). Dizem mais: “Só os movimentos ecológicos/verdes e os pacifistas podem ser chamados legitimamente de ‘novos’, e isto porque respondem a necessidades sociais que foram geradas mais recentemente pelo desenvolvimento mundial” (1989, p. 21). Teses com as quais estamos de acordo.

Um dos livros mais referidos nas Ciências Sociais sobre o tema, *Quando novos personagens entram em cena...*, de Eder Sader (1988), não poderia deixar de ser abordado, pois, a partir de uma “observação-participante” junto a alguns “movimentos sociais” paulistanos entre o final dos anos 1970 e início dos 1980, o autor define-os constituídos pelas classes populares, ao mesmo tempo em que rejeita as determinações estruturais de classe que, para ele, impossibilitam a apreensão dos novos movimentos sociais (Sader, 1988, pp. 39 a 41).

A nova realidade social e política do final dos anos 1970 e início dos 1980 que tanto impressionou Sader, exigia “novas” categorias teóricas. Segundo ele, era uma tentativa estéril inserir a “nova” realidade nos “velhos” esquemas, daí a sua discordância de Gohn quando ela defendia que todo movimento social tem sempre um caráter de classe inscrito em sua própria lógica (*apud* Sader, 1988, p. 47). Não obstante, afirmava: “Eu não considero que deva abandonar a conceituação marxista da existência ‘objetivamente dada’ das classes sociais, sob a condição de que nos entendamos bem a

---

<sup>2</sup> Sader (1988) também os analisa como movimentos pertencentes às classes trabalhadoras, chegando a falar da condição proletária dos sujeitos pertencentes aos movimentos na periferia paulista.

<sup>3</sup> Não compartilhamos totalmente do diagnóstico, pois, parece-nos que carece de evidência histórica: como explicaríamos as tentativas de tomada do poder pelas classes populares entre meados do século XIX e ao longo do século XX?

respeito do significado dessa objetividade” (Sader, 1988, p. 47). Um pouco à frente, sentencia: “No caso dos novos movimentos sociais eles se dão no solo da condição proletária, mas esta é elaborada de um modo tal que os contornos classistas se diluem” (Sader, 1988, p. 49). Ora, o que significa tal diluição? Afinal, a “condição proletária” é estrutural das relações de classe ou é apenas o seu efeito? Para Sader, a luta de classes não ocupa o lugar central do conflito capitalista e, em seu lugar, estão os novos movimentos sociais? É o que nos parece.

Finalmente, uma autora que tem se dedicado anos a fio ao tema é Maria da Glória Gohn e, por isso mesmo, também não poderia faltar aqui. Ela se propõe em uma de suas obras, *Teorias dos movimentos sociais...*, a conceituar movimentos sociais: “Movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo política de força social na sociedade civil” (Gohn, 2008, p. 251).

Propõe-se, ainda, a indicar uma metodologia de análise dos “movimentos sociais” latino-americanos levando-se em conta, evidentemente, as particularidades históricas de cada formação social. Nela, sugere que os pesquisadores considerem, antes de tudo, dois ângulos básicos: o interno (demandas e reivindicações e os repertórios de ações coletivas que geram; sua composição social, suas articulações) e o externo (contexto do cenário sociopolítico e cultural, os opositores, as articulações e redes externas construídas pelas lideranças e militantes em geral e as relações do movimento como um todo no conjunto de outros movimentos e lutas sociais; suas relações com os órgãos estatais; articulações com a Igreja e outras religiões, com pequenos e médios empresários e com a imprensa em geral) (Gohn, 2008, p. 255).

Parece-nos que a autora reviu seu posicionamento anterior, à época criticado por Sader (1988, p. 47), quando afirmava que todo movimento social tem sempre um caráter de classe, hipótese que acreditamos fundamental para uma melhor compreensão dos “movimentos sociais” latino-americanos. Ou seja, tais “movimentos sociais” latino-americanos possuem algum grau de determinação de classe sobre as demais variáveis (etnia, raça, sexo etc.). Este grau não pode ser absoluto ou exclusivo. Por outro lado, se classe não é definidor exclusivo de “movimento social”, não se pode desconsiderar algumas intersecções próprias dos atuais “movimentos”, como é o caso, entre outros, da CONAIE – Confederación de Nacionalidades Indígenas del Ecuador que, enquanto luta

pelo estabelecimento do Estado plurinacional que reconheça constitucionalmente as diversas etnias que compõem o seu país (Equador), enfrenta a expansão capitalista sobre suas propriedades agrícolas.

### *Bibliografia*

FRANK, A. G.; FUENTES, M. Dez teses acerca dos movimentos sociais. *Lua Nova – Revista de cultura e política*, nº 17, junho de 1989, São Paulo.

GOHN, M. G. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Ed. Loyola, 2008.

HARVEY, D. *et al.* “Occupy”: movimentos de protesto que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2012.

KÄRNEN, H. “Movimentos sociais: revolução no cotidiano”. In: SCHERER-WARREN, I.; KRISCHKE, P. J. *Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

LAMAS, F; OLIVEIRA, E. A.; OLIVEIRA, L. F. (orgs.). *Classes e movimentos sociais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Ed. Multifoco, 2011.

MELUCCI, A. Um objetivo para os movimentos sociais? *Lua Nova – Revista de cultura e política*, nº 17, junho de 1989, São Paulo.

POULANTZAS, N. *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

SADER, E. *Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

TOURAINE, A. Os novos conflitos sociais. Para evitar mal-entendidos. *Lua Nova – Revista de cultura e política*, nº 17, junho de 1989, São Paulo.